

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Parecer: 72/2021

Processo: 7807/2021

Matéria: PLL 18/2021

Relator: Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva

Data: 27 de setembro de 2021

Autor: Poder Legislativo

Conclusão do Voto: Favorável

Ementa: Veda a nomeação pela administração pública direta e indireta de Salto do Jacuí de pessoas condenadas pela Lei Federal Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Estatuto do Idoso.

Relatório:

O Projeto de Lei em análise foi apresentado nesta Casa Legislativa no dia 27 de setembro de 2021 e tem como objetivo vedar a nomeação pela administração pública direta e indireta de Salto do Jacuí de pessoas condenadas pela Lei Federal Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Estatuto do Idoso.

Análise:

Na análise, identifica-se que a iniciativa do projeto está correta.

Contudo, não havendo norma regulamentadora, nada obsta a apresentação do Projeto de Lei Legislativo que veda a nomeação pela administração pública direta e indireta de Salto do Jacuí de pessoas condenadas pela Lei Federal Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Estatuto do Idoso, cabendo ao plenário dispor sobre o mérito da matéria.

Conclui-se que o Projeto de Lei do Legislativo nº 18, está em condições de tramitar, conforme Orientação Técnica IGAM nº 24.463/2021.

Conclusão do Voto:

Pelos fundamentos declinados neste Parecer, esta Relatoria opina que o Projeto de Lei em exame está adequado, devendo a matéria seguir seu curso regimental.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 2021.

Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva

Pelas conclusões:

Vereador Sandro Drum

Vereador José Jair Borges